

O Espaço e sua Memória: Desafios para a Ação Acadêmica

Área Temática de Desenvolvimento Regional

Resumo

Este trabalho procura refletir aspectos teóricos e metodológicos da ação extensionista em comunidades de pescadores artesanais, questionando a participação das universidades em projetos de desenvolvimento sustentado formulados por sujeitos institucionais externos à Universidade. Os dados para a reflexão provêm de experiências de campo no distrito de Barra de Camaratuba, município de Mataraca, litoral norte da Paraíba. Julga-se que a ação extensionista não possa ser cooptada acriticamente e sem questionamentos em programas que não contemplem a dimensão participativa por parte das comunidades envolvidas, sob pena de não se avaliarem os impactos negativos, que são muito mais intensos e dramáticos do que a ideologia do desenvolvimentismo oficial (de direita ou de esquerda) quer acreditar.

Autor

Andrea Ciacchi - Doutor em Estudos Ibéricos/Universidade de Bolonha. - Professor Adjunto de Antropologia - Coordenador de Extensão Cultural na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB.

Instituição

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras-chave: pesca artesanal; desenvolvimento sustentado; turismo e carcinicultura

Introdução e objetivo

Pretende-se aqui tecer algumas reflexões sobre a viabilidade das técnicas de leitura da memória popular como elementos dinamizadores da articulação entre pesquisa acadêmica e extensão universitária. A memória social e individual registrada nas narrativas e nos depoimentos colhidos em campo pode revelar-se um caminho enriquecedor para uma velha questão: como promover o reencontro das atividades de pesquisa e de extensão realizadas na universidade?

O tema, em nova roupagem, remete para a necessidade de pensar a ação acadêmica, nas suas mais diversas vertentes, como motor da inclusão social. Nessa perspectiva, o saber popular, fixado dinamicamente na memória das comunidades e dos sujeitos sociais, revela-se um veículo que circula numa via de mão dupla: alimenta o conhecimento acadêmico e fortalece as ações voltadas para a transformação crítica da realidade. Além de considerações de ordem metodológica, faz-se menção a um conjunto de problemas que se agitam à margem de uma pesquisa desenvolvida numa comunidade de pescadores artesanais no litoral norte da Paraíba, Barra do Camaratuba, no município de Mataraca.

Metodologia

Este texto se reporta à realidade dos moradores de Barra do Camaratuba, protagonistas de um diálogo travado desde 1999 com alunos de graduação e, mais recentemente, de Doutorado da UFPB. É necessário, antes, “atualizar” o quadro.

Se, anteriormente, relatamos as narrativas de homens e mulheres cada vez mais espremidos entre o conjunto tradicional de sociabilidades comunitárias (nas esferas da vida

econômica, social e cultural) e o avanço de formas cada vez mais agressivas de modelos de desenvolvimento, nos últimos meses a situação parece ter se agravado.

Por um lado, a “vocação” turística do município de Mataraca (quer dizer, do seu único distrito litorâneo, justamente o da Barra do Camaratuba) se acentuou e tem ocupado a m dia e as ações dos poderes públicos (a própria administração municipal e o órgão estadual de fomento ao turismo – a PbTur). Disso decorreu não são a ampliação da maior pousada do local, pertencente a um empresário de João Pessoa ligado a uma das mais influentes famílias do poder político paraibano, a família Burity, mas também a venda de outras pousadas menores que saíram das mãos de moradores locais para serem adquiridas por empresários “de fora”, além da recentíssima construção de uma boate, no centro da comunidade, a poucos metros da igreja e da caiçara dos pescadores.

Processo paralelo a esse tem sido o da intensificação de construção, reforma e ampliação de residências situadas à beira da praia, e pertencentes a famílias de João Pessoa, Natal e Recife.

Ainda com relação ao fortalecimento da afirmação do “produto” turístico Barra do Camaratuba, a administração municipal tem, entre outras ações, interferido pesadamente nas festas comunitárias, sobretudo no Carnaval e no período junino, provocando a cada vez maior marginalização dos espaços do lazer tradicional, como aconteceu, notadamente, na festa de São Pedro e na realização da brincadeira do coco.

Por outro lado, num outro quadrante, existe a situação gerada pela construção de um viveiro para a criação de camarão, na margem do rio Camaratuba, com significativas repercussões sobre a situação do mangue e a vida dos moradores que têm nesse espaço uma fonte de renda e de sustento e uma referência biográfica e social.

Resumindo (pois temos por objetivo maior, aqui, refletir sobre a ação dos pesquisadores nesse contexto), parece estar se agravando um quadro caracterizado, basicamente, por um recuo severo da disponibilidade social dos espaços que permitem a manutenção e o desenvolvimento aut nomo dos modos de vida dos moradores da Barra. Estes têm construído as coordenadas dos seus modos de vida no eixo da cultura pesqueira e no horizonte compartilhado de laços comunitários cimentados por várias manifestações da cultura popular.

Nessa perspectiva, os espaços da comunidade têm representado outros tantos cenários de uma sociabilidade que vai do econ mico ao material, do religioso ao musical. A intercomunicabilidade entre trabalho e lazer, esferas unificadas pelas narrativas agregadas e aliadas   memória, já não   impermeável às mudanças rápidas que se desenvolvem entre a praia e os coqueiros, entre o mangue e o rio. O turismo veio, muito recentemente, a oferecer alternativas de emprego e renda que se colocam em conflito com as práticas tradicionais – tanto nas técnicas e na organização da pesca como no campo da vida cultural.

A brincadeira do coco, especificamente, ainda que aparentemente incentivada pela administração municipal (que v  nela uma tradução rítmica e pitoresca da natureza exuberante habitada pelos que cantam e dançam “na pancada do ganzá”), denuncia sintomas de decadência que prov m de um conjunto mais amplo de práticas sociais.

Assim, as vozes dos pescadores da Barra constroem a narrativa nostálgica de um passado que agora parece ter urgência de reconstruir-se como presente e como futuro, em forma de resistência.

Resultados e discussão

Mas, agora, chegou a hora de ouvir os pescadores da Barra do Camaratuba. O que eles narram nas suas memórias? Quem são os protagonistas das suas narrativas?

O tempo e o espaço. Melhor: um certo espaço num certo tempo. Melhor ainda: o seu espaço ao longo do tempo. Nesse espaço há um passado e um presente, freqüentemente

contrapostos. Um passado de fartura, um presente de penúria. Um passado de penúria, um presente de fartura. Antigamente, pescava-se mais – ou não. Antigamente, comia-se mais e melhor – ou não. Mas hoje em dia, com certeza, não se dança mais, não se brinca mais, não se vê mais o mar, não se sente mais a sua brisa, não se encontram mais os caranguejos no mangue, não se conversa mais com os mais velhos, ou com os mais jovens. O passado mítico – ou mitificado – é o tempo da cultura, o tempo das relações: entre os homens, entre os homens e o mar, entre os homens e o mangue.

Já o presente não se narra: observa-se e se descreve. O presente é observado por cada pescador, por cada homem e mulher, mas também está “sob a mira” de homens e mulheres “estranhos”, que chegam, invadem, dividem, interditam, cercam, fragmentam. Fragmentam-se os espaços e a experiência do trabalho e do lazer, fragmenta-se a continuidade entre trabalho e lazer. Estilhaça-se a comunidade: aqui a praia, aqui as nossas casas, ali as pousadas, a boate do sobrinho de Burity, aqui a casa de farinha, aqui a igreja e a caçara, ali o bar, ali o trio elétrico. Aqui o mangue, ali o viveiro de camarão.

Ouçamos seu Antônio Caboco sobre a implantação do viveiro:

“É tudo isso já tá devorado. E era os lugares onde a gente pescava e pegava o alimento... vê a nossa situação... Tou com 52 anos, nunca tive vontade de sair daqui mas agora tá me dando vontade. Porque eu sei que a tristeza vai ser grande quando terminar essa nação... com essa floresta que a gente tem aí... Tenho certeza, porque vai ficar mais quente e o alimento se acaba. Que primeiro eles botam uma química que o caranguejo come todo ele, que é pra num fazer furo no varal dos viveiro. [...] Pra você ver: qual é a continuidade disso daqui pra frente? Acaba com o caranguejo, acaba com tudo. [...] A maioria da gente daqui depende do mangue. Nós todos aqui, olhe... pra dizer a verdade: todos. Depende do mangue. Só quem num depende do mangue é o turista. [...] Essa área dos índios aí eles num podem entrar, que é área indígena, eles num podem entrar ainda. [...] Mas aqui a continuidade é... fazer mermo... Pregaram essa cerca aí, que aí a manga a gente tirava à vontade... Chegava ali, olhe, parava uma bicicletinha, pegava uma vasilha, botava na cabeça, chegava ali, pegava a manga. Eles já, o que é que fizeram? O dono da propriedade, que o engenheiro diz que é o dono, né? Que tá com essa cerca aí. Botou seis cintas de arame. E mandou amarrar a mangueira e ficou a ruma de manga aí, apodreceu. Quer dizer: num tá ficando cada vez pior pra nossa comunidade? Cada vez mais pior, não melhor! Piora! [...] Os homens diz que entraram. Têm medo de ninguém. E nós, pobres, vamos fazer o quê? É deixar eles tomar conta de tudo que a gente num tem poder. O poder tá na mão deles. [...] Porque aqui... pode ficar sabe quem? Os rico. O pobre num pode ficar. Porque o pobre só procura ficar onde temos alimento dele se alimentar. [...] Vai ter emprego? Agora, eu mermo já sei da história de todos, dela toda. Isso num precisa ninguém me contar [...]. Que eu já tenho andado, conheço da história... sou analfabeto mas num sou tão bobo! Se ele fizer cinquenta viveiro ele dá cinco emprego. E o resto? Seiscentos e poucas pessoas, quase setecentos pessoas vai ficar como? [...] Aí, acaba o mangue, acaba a várzea, acaba tudo! Aí diz: ‘Preserva a natureza!’ Quer dizer: como é que vai preservar a natureza... se um cabra desse tá devorando tudo?”

E acabar com tudo não é processo que se dê apenas no eixo da escassez material. É ainda Antônio Caboco que fala da ocupação dos terrenos à beira da praia para a construção de pousadas e casas de veraneio:

“Quando num tinha isso aqui [a pousada na frente da sua casa], isso aqui era um campo, olhe... era uma delícia. Rapaz, isso aqui acabou com essa praia. [...] A praia fechou... acabou... Isso aqui era pra ser o quê? Era uma praça, num era? Era pra ser uma praça, aí acabaram com tudo aí... aí acabou. Acabou o paladar da gente daqui da praia. [...] Os terreno tá tudo vendido, que tão fechando tudo. [...] Aí vai fazer uma muralha, né? Aí, quem quiser atravessar...”

E por aí vai, por aí vai... como diria o narrador. Outros depoimentos, outras narrativas ratificam uma situação de inconciliabilidade entre os projetos de “desenvolvimento sustentado” e as expectativas e necessidades da comunidade, expressas na experiência da memória. Nesse sentido, aliás, e parafraseando Catherine e Raphaël Larrere, parece-nos sensato dizer que assim como “a paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre um lugar”, a memória não é a emergência do tempo, mas um olhar sobre o tempo. As narrativas dos moradores da Barra do Camaratuba que dialogaram com os nossos pesquisadores revelam uma poderosa articulação entre o passado, o presente e o futuro da comunidade, e uma nítida consciência dos elementos desestabilizadores da tradição.

Ora, o que fazer com essas narrativas, o que fazer com os resultados das nossas pesquisas? Tenho em mente, é claro, as preocupações e os alertas de Alba Zaluar para que não nos tornemos, mais ou menos ingenuamente, “pesquisadores-agentes políticos”. Mas ainda acredito, ainda acreditamos na indissociabilidade entre a pesquisa e uma dimensão política, global, de questionamento e transformação da realidade. Ao recusarmos o enfoque naturalístico e meramente sociográfico, prestamos atenção aos problemas científicos, morais, políticos e relacionais colocados pelo diálogo antropológico ao longo da pesquisa: do problema inicial que lhe dá origem até a comunicação e a utilização dos seus resultados, numa concepção explícita da pesquisa como um diálogo aberto, cuja finalidade de transformação da realidade se realiza já no próprio processo da pesquisa, e depois, uma vez que os registros se tornam, por assim dizer, patrimônio compartilhado na comunidade acadêmica.

Por isso, gostaria agora de deslocar a nossa discussão para a interface que a pesquisa pode estabelecer com a extensão universitária, recorrendo à experiência desenvolvida na UFPB. A nossa universidade, e especialmente por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária (PRAC), tem sido cada vez mais freqüentemente procurada por parceiros institucionais (prefeituras, governo do Estado, Sebrae, entre outros) com vistas à definição, planejamento e implementação de políticas voltadas para o tal de “desenvolvimento sustentado”. Nesse quadro, o turismo e a carcinocultura têm representado destaque, por terem sido apresentados como alternativas ideais para a geração de emprego e renda junto às comunidades carentes do Estado. Por outro lado, é sempre bom lembrar, a ação da universidade pública caracteriza-se (ou deveria se caracterizar) por uma autonomia conceitual e operacional que transcende a necessidade institucional de firmar parcerias com vistas à resolução dos problemas sociais.

Ora, se o norte das nossas ações está representado pela meta da “inclusão social”, é porque reconhecemos uma realidade de “exclusão social”. Nesse embate entre exclusão e inclusão, combatemos ou pretendemos combater, ou temos por missão combater a exclusão social (que se dá, como é claro para todos, em várias formas, muitas das quais cuidadosamente ocultadas), e, por outro lado, buscamos, ou pretendemos buscar, ou temos por missão buscar as formas mais efetivas de promover a inclusão social.

Ora, a exclusão não tem causas “naturais”: ela é resultado de práticas sociais que assentam na história e, por outro lado, em modelos de desenvolvimento que vêm de longe, mas que se reproduzem na atualidade, são postos e repostos por vários sujeitos sociais. Esses sujeitos, salvo raríssimas exceções, situam-se, na atualidade, nas camadas econômicas e políticas dotadas de hegemonia.

Contudo, iniciativas como os “pactos”, as parcerias para o “desenvolvimento sustentado”, ou outras do mesmo gênero ou estilo, não distinguem entre sujeitos econômicos, políticos e sociais dotados de hegemonia (prefeitos, gestores de políticas públicas, empresários etc.) e sujeitos que (devido, justamente, aos efeitos dos processos de exclusão social) apenas vivem na subalternidade política, econômica e social.

Cabe, assim, nessa perspectiva, questionarmo-nos se os participantes “espontâneos” dos pactos estão dispostos a olhar para esse impasse, para esse desequilíbrio, para essa

assimetria. Ou seja: esses pactos são, de fato, entre iguais, sem direção, ou há um plano, um projeto norteador? Há quem dê um rumo à espontaneidade?

Diante dessa indistinção entre hegemônicos e subalternos, nos pactos, resultado da indistinção, da “invisibilidade” da distinção entre hegemônicos e subalternos na própria sociedade, em geral, e em cada comunidade, em particular, como avaliar os critérios de “escolha” dos parceiros, dos participantes, dos “compactuantes”?

Procuremos, agora, verticalizar os questionamentos e as preocupações, nos aproximando da ação do Pacto da Zona da Mata da Paraíba, estimulado pelo Sebrae/Pb, com a participação, entre muitos outros sujeitos, da Universidade Federal da Paraíba, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. A própria existência do Pacto da Zona da Mata remete para uma realidade que demanda mudanças, empreendimentos, projetos, ousadia. Para a Zona da Mata da Paraíba, e mais especificamente para os municípios possuidores de áreas litorâneas, o turismo e a carcinocultura são, ao mesmo tempo, uma vocação, uma necessidade e uma saída. Aliás, na opinião da professora Tânia Bacellar, encarregada pelo governo federal de realizar estudos voltados para a recriação e remodelação da SUDENE, o turismo e a aquíicultura são duas das principais “cadeias produtivas” para o desenvolvimento sustentado da região.

Mas o turismo dos municípios litorâneos volta-se, justamente, salvo exceções também raríssimas, para o litoral. Para as praias. Ora, em alguns municípios do litoral paraibano ainda se registra a presença, nas praias e em comunidades à beira-mar, de populações tradicionais (a noção de “população tradicional”, gerada pelos desenvolvimentos recentes – e paralelos – da antropologia e da etno-ecologia, está hoje também reconhecida em nível governamental, como, por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente, desde a gestão de Sarney Filho).

A história recente da Paraíba, atestada por pesquisas realizadas na UFPB e até mesmo pela simples e distraída observação de cada um de nós, mostra o volume e o alcance dos processos de expulsão de moradores de comunidades tradicionais, em nome do desenvolvimento – sustentado? – da carcinocultura, do turismo e da construção de moradias de lazer. Os exemplos mais contundentes vêm da grande João Pessoa (praias de Tambaú e da Penha), Cabedelo, Jacumã, Forte Velho, Lucena, Santa Rita etc., além da própria área de Barra do Camaratuba, no município de Mataraca.

Este processo, que tem conseqüências dramáticas, não tem sido questionado pelos órgãos públicos, que, muitas vezes, são protagonistas ou estão por trás dessas ações, fornecendo respaldo político-ideológico, financiamento ou ausência estratégica.

Nem mesmo a “nova” noção de “desenvolvimento sustentado” tem ensejado uma revisão crítica dos processos de ocupação (econômica, territorial e cultural) do litoral da Paraíba. As comunidades tradicionais do litoral paraibano são, basicamente, compostas por pescadores artesanais ou pescadores-agricultores, possuidores de sistemas próprios de manejo sustentado dos recursos naturais (mar, rios, mangues, matas etc.), baseados, entre outras considerações mais, digamos, etno-ecológicas, em relações de trabalho também peculiares: de tipo familiar, de compadrio ou comunitárias. A esse sistema econômico-social associa-se um sistema de valores que, basicamente, envolve traços culturais e religiosos. Os dois sistemas (o econômico-social e o cultural-religioso) assentam, como é óbvio e como, sobretudo, são evidências mais do que significativa os registros de memória que as nossas pesquisas têm conseguido levantar, numa série de modalidades de apropriação e uso dos espaços sociais, como os que mencionamos na primeira parte da nossa exposição.

As comunidades que foram afetadas pelos processos supramencionados apresentaram, sem exceções, uma desestruturação acentuada dos dois sistemas de valores. Além disso, os pescadores artesanais (diferentemente dos agricultores, por um lado, e dos pescadores assalariados da pesca industrial, por exemplo) não possuem, tradicionalmente, vínculos associativos ou sindicais que lhes dêem força, coesão, margem de negociação ou resistência.

Por constituírem, a princípio, a categoria de trabalhadores menos afetada pelas regras e determinações do sistema capitalista (não há, entre eles, por exemplo, relação de compra e venda da força de trabalho e de assalariamento), eles são também, paradoxalmente, os mais desprotegidos e indefesos diante daquelas regras e determinações.

Mal comparando, algo parecido com o efeito de simples gripes sobre os grupos indígenas nos momentos dos primeiros contatos. Assim, é muito difícil que os pescadores sejam ouvidos no contexto da formulação, planejamento e implementação dessas políticas. Aliás, como ficou claro nas reuniões do Pacto da Zona da Mata, nem sequer foram chamados: Mataraca, por exemplo, só se fez presente através de empresários de João Pessoa ou de representantes da prefeitura. Talvez valesse lembrar que as ciências sociais brasileiras, desde os anos Oitenta, já se dotaram, através do conceito de “etno-desenvolvimento”, de uma ferramenta teórica e metodológica relevante, que, ao sublinhar a necessidade de um “desenvolvimento participante, jamais tecnocrático, abrindo-se à participação das populações em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação”, conecta, sem descontos, a prática da pesquisa à questão ética que essa mesma prática levanta a todo instante em cada uma das suas etapas.

Nessa perspectiva, lembramos que, se existem, como sustenta ainda Antonio Carlos Diegues, “vários olhares na construção das paisagens: o olhar das populações urbanas ou as elites, marcado pela noção do estético [...]; o olhar dos cientistas, que vêem nela um conjunto de habitat, e o olhar das populações locais”, avaliado e narrado nas memórias e registrados nas nossas pesquisas, é possível que haja pelo menos mais dois: o olhar dos gestores das políticas públicas, interligados com os processos de dominação ideológica, econômica e política, que vê nessas “paisagens” o campo disponível para a atuação de práticas de desenvolvimento que se sustentam à revelia das comunidades locais; e um quinto olhar, o compartilhado entre comunidades e universidade, através do uso eticamente legítimo das evidências antropológicas. Não me parece difícil, de fato, imaginar um papel relevante para uma ação universitária que reconheça, por exemplo, que “a diversidade cultural, considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, somente persistirá se as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária [...]” seja por projetos de turismo ou de carcinocultura, por exemplo.

Conclusões

E é isso que estamos tentando fazer na Universidade Federal da Paraíba. A nossa participação nos Pactos e nos vários Fóruns tem provocado viva irritação entre os “nossos parceiros”. É inútil relatar que temos sido acusados de “arcaicos”, “atrasados”, “tradicionalistas”, ou, com o epíteto da moda, “radicais”.

Temos procurado, concretamente, levar para esses espaços as vozes, a memória e as narrativas registradas no tempo e no espaço da pesquisa. Agora, fixadas e ampliadas e transformadas em outros códigos (a escrita, o caderno de campo, o relatório, o artigo, o livro), alimentam e retroalimentam o conhecimento acadêmico, a formação de jovens pesquisadores, mas também as outras ações da universidade, no eixo da extensão universitária. Assim, alimentam e retroalimentam uma nova visão das políticas públicas para o turismo e o desenvolvimento sustentado, um “contra-discurso” do desenvolvimento que terá de levar em conta os direitos das comunidades tradicionais, as opiniões e as expectativas de desenvolvimento das comunidades e dos moradores dos espaços ambicionados por turistas e empresários.

Educação ambiental, manejo sustentado dos recursos naturais, eco-turismo, identidade cultural, cultura popular são discursos que se escondem por trás de práticas sociais, engendradas em relações de dominação que aqueles discursos, no seu viés ideológico,

procuram ocultar, “naturalizando a cultura “primitiva”, “tradicional”. Cabe, finalmente, à aliança entre pesquisa e extensão, como práticas indissociáveis de uma universidade voltada para a transformação crítica da realidade, pronunciar e concretizar esse contra-discurso.

Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O movimento dos conceitos na antropologia. In: - O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da Unesp, 2000

CIACCHI, Andrea. A história somos nós: Reflexões sobre histórias de vida, autobiografia, cultura popular, narradores e pesquisadores. Política & Trabalho, João Pessoa, n. 13 p. 223-237, setembro 1997.

CIACCHI, Andrea. Entre o mar e a cidade: conflitos, memória e trabalho em comunidades litorâneas do Nordeste. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v. 57, p. 137-145, 1999.

CIACCHI, Andrea, RÊGO, André Gondim, MONTEIRO, Ariana Augusta, SILVA, Gekbede Dantas da. Entre o mar e o canavial: memória e narrativas em Barra do Camaratuba. Engenho Revista de Cultura. João Pessoa, n. 03, 2002. Disponível em: http://www.funesc.com.br/engenho3/textos/lite_x08.htm

DIEGUES, Antonio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: - (org.) Etnoconservação; novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio C. Conceitos e definições. In: Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO Ruth C.L. (org.). A aventura antropológica; teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.